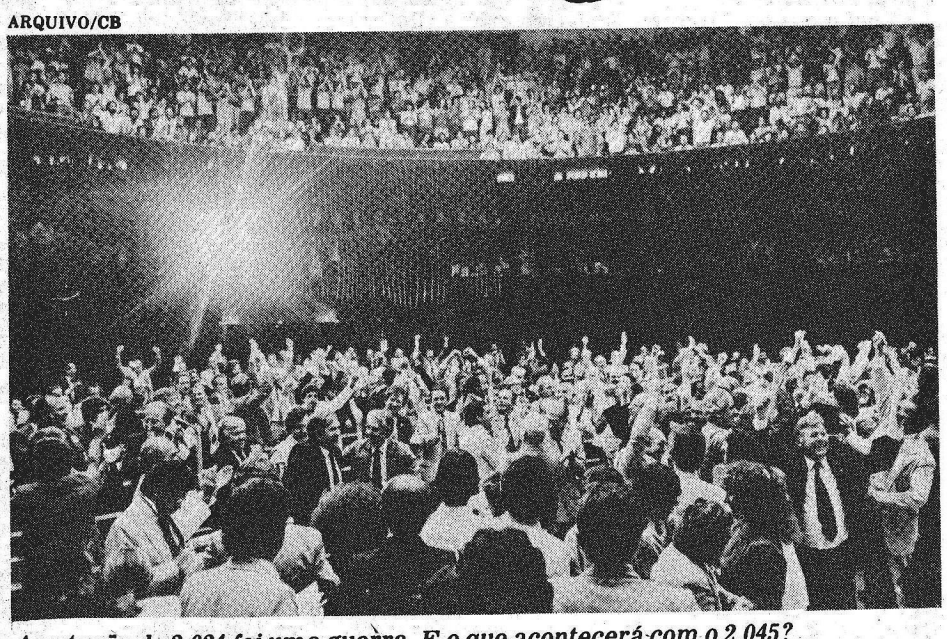
16 OUT 1983 CORREIO BRAZILIENSE

O dia em que quiseram incendiar o Congresso

A extrema insegurança do plenário da Câmara em dias de votação polêmica é uma das principais preocupações do presidente em exercício do Congresso, senador Moacir Dalla. Às vésperas da votação do Decreto-lei 2.045 — que irá presidir, substituindo o senador Nilo Coelho —, Dalla já mandou redobrar a segurança e pretende manter a ordem com todo o rigor. O motivo é óbvio: ainda estão frescas, na memória dos parlamentares, as cenas de tensão da recente votação do Decreto-lei 2.024, quando o Congresso só não virou um palco de guerra em função da sensibilidade política do senador Nilo Coelho. O repórter Carlos Marchi, que presenciou a votação e acompanhou também nos bastidores, revela, em livro a ser lançado brevemente pela Dom Quixote Editora, os principais lances da votação. O texto abaixo é o seu relato:

ARQUIVO/CB



A votação do 2.024 foi uma guerra. E o que acontecerá com o 2.045?

Era como se uma bola de neve começasse a rolar, montanha abaixo, em **slow-motion**.

Nilo Coelho levantou-se pesadamente, como se o gesto mecânico de levantar merecesse reflexão. Havia uma indignação perplexa, rapidamente transformando-se em palavrório destemperado. Atrás da Mesa da Câmara de onde Nilo levantara, uma massa de pessoas procurava deslocar-se junta, com dificuldade.

"Votação, votação", gritavam em coro, sem muita harmonia, mas já com vigor, as galerias. Palavrões voavam quando os agentes de segurança subitamente multiplicados, cercaram Nilo Coelho, preocupados. O Senador mostrava ansiedade na face, como quem quisesse chegar logo. Chegar a que lugar? "Vamos para o gabinete do Flávio (Marcílio)", sugeriu alguém no bolo. "Claro, o gabinete do Flávio", suspirou Nilo.

Foi difícil descer a estreita escada por trás da tribuna à esquerda, normalmente usada pelas oposições. O grito das galerias já era uníssono e a irritação dos deputados, especialmente os mais jovens, quase incontrolável. Quando deixou o plenário, cercado pelos agentes e por uma massa de políticos, todos forçados a um passo nervoso e rápido, Nilo ouviu um grito do deputado Fernando Gomes (PMDB-BA):

— Lembra do teu discurso de posse!

Nilo murmurou algo ininteligível. Atrás dele, Aloysio Chaves, Ulysses Guimarães, Pedro Simon, Fernando Henrique Cardoso — gente nem sempre acostumada a andar depressa — apertava o passo, espremida aos empurrões. No amplo gabinete do Presidente da Câmara, todos pararam, como se buscassem ar. Os principais líderes entraram para a pequena sala reservada, no fundo.

Um grupo, junto aos microfones de aparte, se reuniu e avaliou rapidamente a situação. Não havia dúvida: o clima favoreceria o quebra-quebra e ninguém conseguiria contê-lo. Havia muitos deputados armados. Gilson de Barros (PMDB-MT), apelidado "Hulk" por ser o mais corpulento deputado (juntamente com João Herrmann, de São Paulo), trazia dois revólveres à cintura. Inúteis armas, entretanto. A força das oposições pela simples ausência do PDS, era incrivelmente maior. Eram 240 deputados tensos no plenário e mais mil pessoas indignadas nas galerias.

O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), ex-PP, aproximou-se de Nelson Marchezan e lhe disse:

— Vocês vão ser assassinados, Marchezan! Saia daqui!

Assustado, o vice-líder Jorge Arbage (PDS-PA) saiu com pressa. Marchezan ainda tentou resistir, ao lado de um lívido Ricardo Fiúza (PDS-PE), mas acabou cedendo e esgueirou-se pelo comitê de imprensa — uma saída próxima de seu lugar de líder, indo entrincheirar-se em seu gabinete, de onde ligou para o ministro Leitão de Abreu. Contou a situação difícil e, segundo testemunhas, Leitão ofereceu homens da Polícia Federal para garantir a não-votação do Decreto-lei 2.024. Marchezan dispensou a idéia e ali ficou, com Arbage, Fiúza e Edison Lobão (PDS-MA), entre outros.

Na sala contígua, discutia-se acaloradamente. Logo que Nilo entrou, encontrou o vice-líder do PMDB Egídio Ferreira Lima (PE), que lhe pediu cinco minutos. Calmamente, como é de seu estilo, Egídio mostrou o Regimento Comum do Congresso, a Nilo e provou que ele estaria acobertado se decidesse contra a questão de ordem do PDS e a favor das oposições.

— Mas o problema não é jurídico, Nilo. É político. Se você não fizer a votação, fecha o Congresso. Vai haver uma tragédia aqui, hoje — concluiu Egídio.

Havia uns vinte parlamentares na pequena sala empestiada pela fumaça de cigarro. Só três eram do PDS, além de Nilo: os senadores Aloysio Chaves e José Lins e o deputado dissidente Theodorico Ferraço. Nilo, Aloysio e Egídio sentaram-se na poltrona ao fundo e, à frente deles perfilaram-se: José Lins (no canto), Fernando Santana (PMDB-BA), Freitas Nobre, Fernando Henrique Cardoso, Ulysses Guimarães, Humberto Lucena, Paulo Mincarone (PMDB-RS) e Theodorico Ferraço. A conversa ia e vinha. Aloysio Chaves e José Lins queriam discutir regimento; os oposicionistas puxavam a discussão para a situação de fato.

No plenário, o jovem deputado Odilon Salmófia (PMDB-SC), irritadíssimo, disse a Marchezan, quando ele ia saindo: "Você será responsável pelo que acontecer!". Eduardo Suplicy (PT-SP) gritou para o líder do PDS: "Vamos apelar para a violência!"

O plano era aguardar Nilo de volta e esperar pelo anúncio da decisão. Se fosse pela votação, tudo bem; se fosse contra, o microfone seria imediatamente arrancado de sua frente e um **comando** — integrado pelos deputados João Herrmann (PMDB-SP), Luís Henrique (PMDB-SC), Dante de Oliveira (PMDB-MT), Darcy Passos (PMDB-SP), Domingos Leonelli (PMDB-BA)e José Genoíno (PT-SP) o "removeria" de sua cadeira presidencial, por bem ou a força. Seria conduzido — ou arrastado, como preferisse — para baixo.

Imediatamente o senador Jaison Barreto (PMDB-SC), 2º vice-presidente do Senado (segundo na hierarquia da Mesa do Senado presente) assumiria a presidência, responderia à questão de ordem de Aloysio Chaves — e naturalmente a rejeitaria. Em seguida, faria a votação que redimiria o Congresso da brilhante obediência que permitiu dezoito anos sem perder a votação de um decreto-lei.

Mas para tomar a Mesa, era necessário bloquear seus dois acessos, por trás das tribunas, e desativar ou imobilizar os agentes de segurança requisitados. Para isso, dois outros **comandos** foram montados pelos deputados. Na escada da tribuna à direita (normalmente usada pelo PDS), postaram-se Flávio Bierrenbach (PMDB-SP, 100 quilos e bom de briga), Eduardo Suplicy (PT-SP, ex-boxeador meio-pesado, 87 quilos, derrotado na semifinal do Torneio Gazeta Esportiva, aos 19 anos, por Getúlio Veloso), Manoel Costa (PMDB-MG) e Roberto Mosconi (PMDB-MG). Na escada da outra tribuna, comandados por Odilon Salmória — um pacato comerciante de Joaçaba (SC), de centro-esquerda — ficaram Gilson de Barros (que há dois anos nocauteou três governistas de uma vez), Santinho Furtado (PMDB-PR), Tidei de Lima (PMDB-SP), quase 1,90m e mais de 90 quilos) e Márcio Lacerda (PMDB-MT).

Márcio Santilli (PMDB-SP) não percebeu bem o que acontecia. Aproximou-se de Flávio Bierrenbach e perguntou. "Vai sair muita porrada, se manda", disse Bierrenbach entredentes. "Eu agüento a barra", murmurou o franzino Santilli. Na Mesa, escoltado pelo **comando** que lá estava, Jaison Barreto abriu a gaveta onde Neriene Cardoso, o funcionário que secretaria a Mesa, guardava as fichas que orientam o presidente da sessão. Pegou-as e ficou junto à cadeira da presidência. Um agente de segurança se aproximou do **comando** de Bierrenbach e tentou subir a escada. "Você não pode passar", disse secamente Bierrenbach. Surpreso, o agente voltou.

Era dupla a tensão dos integrantes dos três **comandos**. à primeira vista, era uma atitude puramente porralouca — e talvez fosse esta a versão prevalecente, se a Mesa fosse mesmo tomada. Ninguém jamais acreditaria que eles assumiram aquele gesto extremo para evitar que o Parlamento fosse literalmente destruído, com conseqüências inimagináveis para a democracia brasileira. Mas eles estavam convencidos de que, não havendo votação, nada menos trágico emergiria daquela noite quente. "A gente andava pelo fio da navalha", contou depois o líder Bocayuva Cunha, do PDT.

Na sala reservada, ao fundo do gabinete do Presidente da Câmara, Fernando Henrique Cardoso fez um apelo dramático a Nilo Coelho. "Está em suas mãos manter o Congresso aberto ou fechá-lo. Eu sei que você quer a democracia. Então entenda que sua decisão não pode ser jurídica. Tem de ser política". Um pouco de longe, Jorge Uequed, um incendiário que se transmudou num assustado bombeiro, naquela noite, disse: "Nilo, se a sua decisão for contrária a nós, não volte"

Nilo deve ter feito um dramático **flash-back** dos últimos momentos lá dentro, quando o senador Roberto Saturnino (PDT-RJ), um primor de educação, exaltou-se, gritando para Aloísio Chaves: "Uma ova, vocês são uns babacas". Ou quando um deputado do PMDB de Minas, admirado por sua calma exemplar, urrou para seu vizinho Ricardo Fiúza, companheiro de uísque nos fins de semana: "Em te mato hoje, canalha, safado!". Fiúza, perplexo, perguntava: "Que isso, rapaz. Eu sou seu amigo, meus filhos são amigos de seus filhos! Olha a nossa amizade!".

— Eu te arrebento! — bradava, com olhos injetados, o mineiro, em plena sessão. Fiúza resolveu ignorar.

Ou mesmo quando o jovem deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), um polido líder sindical de professores, com a expressão transida de ódio, vociferava para Marchezan:

— Se vocês consumarem o golpe, nós partimos para a violência. Eu não garanto a sua vida!

Nilo deve ter pensado: a barra está pesada como nunca esteve. No plenário, cansado, indignado, o líder do PDT, Bocayuva Cunha, ameaçava: "Vou soltar Agnaldo!". E quando Nilo saiu, soltou. Agnaldo, pouco depois integrava os **comandos**, como **kamikaze free-lancer** — um reforço indubitavelmente valioso.

Aloysio Chaves começava a se deixar vencer. "Posso até aceitar que a situação é grave", ponderou, "mas aturar deputado dizendo que vai incendiar isso aqui é demais". Airton Soares, líder do PT, dedo em riste, devolveu:

— Incendiar não. Eu falei em quebrar. Vou quebrar tudo, com aquele povo que está lá fora.

José Lins, pequeno e pálido — exímio e disciplinado cumpridor de ordens governamentais — veio em seu socorro:

— Vocês estão querendo é fechar o Congresso...

Quem revidou foi Roberto Freire (PMDB-PE), cuja veemência habitual se transformara em ira:

— Quem quer fechar é você. Você já fechou antes, eu nunca fechei. Agora vou quebrar tudo. Que-brar! — soletrava ameaçadoramente.

Nilo apenas balbuciava contrapontos ao que lhe falavam. "Calma", sugeriram Fernando Henrique e Ulysses. "Presidente, confiamos na sua capacidade de discernimento", ponderou Mincarone.

Nilo pediu que todos saíssem, para falar reservadamente por dois minutos com Aloysio Chaves. Tudo estava por um fio — era um "sim" ou um "não". No "não", nada conteria a ira coletiva e o Congresso começaria a ser quebrado pelos seus próprios integrantes, aqueles mais idealistas. As mil pessoas acotoveladas nas galerias se encarregariam do resto.

Nilo logo saiu com Aloysio. Chamou Jorge Uequed a um canto e sussurrou:

— Vai na frente e acalma o pessoal, que eu vou decidir a favor de vocês.

Deixou o gabinete de Marcílio, acompanhado por um séquito e, já no corredor, pediu para ir sozinho ao gabinete de Marchezan. Entrou e foi dizendo:

— Eu não vim aqui para morrer, nem para permitir que outras pessoas morram. Vou fazer a votação.

Marchezan ainda tentou chamá-lo para conversar — era sua intenção colocar Nilo no telefone com o ministro Leitão de Abreu, mas o Presidente do Senado recusou e foi saindo. No plenário, Uequed entrou, acompanhado por mais uns três deputados, a quem ia passando a boa-nova. Com os três subiu à Mesa e, de braços erguidos, pediu calma às galerias já enfurecidas. Uequed fazia sinais de calma, com as mãos espalmadas para o alto e, ao mesmo tempo, sinais de "positivo", com os polegares levantados. Neste momento, segundo seu depoimento, pensou:

— Se o Nilo me enganou, estou perdido...

Quando se aproximou da porta de vidro blindex que dá ingresso ao plenário, novamente seguido por uma acotovelada massa humana, Nilo trazia outra feição — a expressão de quem aderira à glória. Pela mesma porta que trinta minutos antes cruzara xingado, voltou exaltado:

— Viva a democracia! — gritavam a sua volta.

Já não havia impedimentos a sua caminhada. Palmas de todo lado abriam-lhe o rumo da Mesa. Os **comandos** foram desativados temporariamente por Uequed, menos o que estava em cima da Mesa, por vias das dúvidas. Uma carga fortíssima de tensão dominava plenário e galerias. Nilo reocupou sua cadeira, Jaison Barreto sentado ao lado, e, às 20h05min pronunciou:

— Está reaberta a sessão.

Atrasados e solitários, Aloysio Chaves, José Lins e Theodorico Ferraço saíam da sala reservada no gabinete de Marcílio. Lins esbravejava com Aloysio: "Você não devia ceder. A orientação era resistir". Aloysio foi enfático: "Vou acatar a decisão do Presidente, Lins".

Freitas Nobre pediu a palavra e começou a falar já com Marchezan ao seu lado. A emoção era forte. Pairava no ar a expectativa de que Nilo faria a votação, mas ninguém tinha certeza disso. "Quero apelar para as galerias. Este momento é grave", disse. "Uma decisão pode significar a continuidade do processo de abertura.

Havia ainda indignados. Nilo reassumiu a palavra e disse: **— Tenho consciência e noção perfeita da responsabilidade que pesa sobre meus ombros quando ocupo a presidência do Congresso Nacional. A questão de ordem levantada pelo senador Aloysio Chaves, líder do meu partido, foi muito bem apresentada, num regimento cheio de lacunas. Não me oferecem condições todos os regimentos, entretanto, para que possa chegar em socorro ao líder do meu partido.**

Foi uma explosão incontida. João Herrmann, que estava pronto para sacar Nilo Coelho de sua cadeira, com uma "gravata", agarrou-o pela cabeça e deu um beijo na face desse nordestino rude de Petrolina.

— Beijei a instituição — diria um dia depois.

Ele beijou a instituição que subitamente levantava em seu leito de convalescente e se declarava sã, depois de aparentar, durante dezenove anos, uma saúde duvidosa com algumas crises quase fatais.